

## O terror na Serra dos Tapes a partir do jornal *A Federação* (Pelotas, 1892)

*The terror in the Tapes Mountains through the newspaper A Federação (Pelotas, 1892)*

Vitor Wieth Porto,<sup>1</sup> UFPEL

### Resumo

O seguinte trabalho tem como propósito abordar casos de violência na Serra dos Tapes, região rural de Pelotas, noticiados no ano de 1892 pelo jornal *A Federação*. Período extremamente conturbado na sociedade rio-grandense, tendo em vista que os republicanos ligados ao Partido Republicano Rio-grandense (PRR) abdicaram do poder estadual por pressões internas e externas. Passando a ser governado por uma Junta Governativa, rancores e rivalidades começaram a se tornar mais escancarados por todo o Rio Grande do Sul, o que igualmente ocorreu em Pelotas. Trabalharemos exclusivamente com a perspectiva republicana, logo que desejamos explicitar de que maneira os eventos ocorridos na região ajudaram a construir a conhecida narrativa do “anárquico governicho” e a necessidade do retorno do PRR à presidência do estado.

**Palavras-chave:** Pelotas; Violência; Imprensa; A Federação.

### Abstract

This study aims to examine cases of violence in the Tapes Mountains, a rural region of Pelotas, reported throughout the year 1892 by the newspaper *A Federação*. This was an extremely turbulent period in the society of Rio Grande do Sul, as the republicans affiliated with the Republican Party of Rio Grande do Sul (PRR) had relinquished state power under both internal and external pressures. With the state subsequently governed by a Governing Junta, resentments and rivalries began to surface more openly across Rio Grande do Sul, a process that likewise unfolded in Pelotas. The analysis focuses exclusively on the republican perspective, as the objective is to demonstrate how the events that occurred in the region contributed to the construction of the well-known narrative of the “anarchic little government” and the perceived necessity of the PRR’s return to the state presidency.

**Keywords:** Pelotas; Violence; Press; A Federação.

### Introdução

Nos primeiros meses do ano de 1892, as tensões políticas e sociais no Rio Grande do Sul tiveram impacto direto na cidade de Pelotas. Ao menos, é o que podemos conjecturar a partir de certas notícias do jornal ligado ao Partido Republicano Rio-grandense (PRR), como a publicada no dia 15 de fevereiro do referido ano. Esta coloca que

Continua em estado de sítio a cidade de Pelotas.

<sup>1</sup> Doutorando no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Pelotas (UFPEL). Mestre e Bacharel em História pela mesma instituição. Pesquisador bolsista pela CAPES. E-mail: vitorwieth@gmail.com

Partidas de homens armados cercam as estradas e interrompem o trânsito público, prendendo e ameaçando. O Diário [Popular] diz que nestes últimos dias, a não ser a gente da coligação, que tem o acampamento como ponto de recreio, ninguém mais se animou a passar pela estrada do Fragata, com *receio das violências* que ali se têm praticado. Os Srs. Nascimento Fernandes, Frederico Kaastrup e outros negociantes daquela praça, cujos nomes ignoramos, foram também presos pelas guardas, e, apesar de terem sido reconhecidos como homens ordeiros, quartel-general compeliu-os a fazerem exercício de arma ao ombro! Não é estado de sítio esse estado em que se encontra a cidade, de onde o cidadão pacífico não pode sair sem receio de *tropelias e de violências*? Sem receio de ser preso e conduzido para os acampamentos? (A Federação, 15/02/1892, p. 1, grifos nossos).

A ideia de que a urbe estaria “sitiada” por homens armados, os quais oprimem os transeuntes na estrada do Fragata por meio da violência e coagindo a um alistamento forçado, além do desejo de demonstrar como o perímetro urbano de Pelotas corria perigo, tem um propósito mais complexo e que vai ao encontro das lutas políticas existentes no estado. A própria noção de “sítio”, enquanto termo militar, indicava que haveriam inimigos que cercavam a localidade com o intuito de dominá-la. Ao mesmo tempo, se a cidade é o objetivo final, podemos conjecturar que outros espaços ao seu entorno foram conquistados, ou, ao menos, sofreram com violências e tropelias similares às relatadas na ocorrência acima. Justamente nesse sentido, trataremos das ações dos coligados na região rural de Pelotas, mais especificamente na Serra dos Tapes, a partir das notícias do jornal *A Federação*. Nosso objetivo se dá em demonstrar como Pelotas e região foi utilizada para a construção de uma narrativa de terror e anarquia a partir do impresso ligado ao PRR, utilizando-se de notícias de violências e saques.<sup>2</sup>

Para tanto, partimos da ideia de que as notícias são desenvolvidas a partir de acontecimentos que possuem determinados critérios, os quais são chamados de “valores-notícia”. Nelson Traquina (2008) compreende que os valores-notícia possuem certos padrões que mudaram pouco ao longo dos séculos, em especial desde as folhas volantes do século XVII, destacando os acontecimentos que falam sobre o extraordinário, o insólito, o atual, a figura proeminente, o ilegal, as guerras, a calamidade e a morte. No seu entendimento, os valores-notícia podem ser entendidos em duas categorias: os de seleção e os de construção. Valores de seleção tange diretamente as características utilizadas pela imprensa para escolher este ou aquele acontecimento a partir de duas vertentes (critérios substantivos e critérios contextuais). Já os valores de construção tocam em como o jornalista irá produzir a notícia, ou seja, o que deve ser realçado, minimizado ou até mesmo omitido.

<sup>2</sup> A grafia das notícias foi atualizada.

Chamamos a atenção para determinados valores-notícia que podem ajudar a explicar o motivo de determinadas publicações e até mesmo a maneira que elas são impressas ao público. Valores de seleção (Traquina, 2008, p. 79-90) como a **notabilidade** (fato de ser facilmente visível, tangível; pode ser entendido também como o inverso do esperado; o insólito; a falha; o excesso e escassez), a proximidade (em termos geográficos ou culturais), a **relevância** (como o acontecido possui impacto sobre as pessoas, o país, etc.) e do **conflito** (violência física e simbólica, mas principalmente a primeira, logo que indica a ruptura da ordem social) são cruciais para entendermos como *A Federação* partia da ideia de uma unidade, no caso, a sociedade rio-grandense, tendo o conflito – provocado pela oposição – como elemento demarcador de fronteiras e criador de um consenso. Aliado a isso, valores de construção (Traquina, 2008, p. 90-93) como a **dramatização** (reforço do lado emocional, a natureza conflitual, os aspectos mais críticos do acontecimento), **amplificação** (do ato, do interveniente ou das supostas consequências), a **relevância** (aqui, relevância é entendida como o “sentido” que a notícia dá ao que aconteceu) e, principalmente, a **consonância** (quanto mais a notícia insere o acontecimento numa "narrativa" já estabelecida) dariam as ferramentas necessárias para a elaboração de uma estória (Bird; Dardenne, 1993), logo que os valores-notícia não são neutros, mas sim um código cultural que propõe a manutenção de fronteiras sociais e culturais por meio das formas e conteúdo que constituem as notícias (Traquina, 2008, p. 86-87).

Sendo assim, trataremos de notícias que foram elaboradas a partir de *conhecidos e relevantes* acontecimentos de conflitos ocorridos no município de Pelotas. Estes, ao serem publicados, possuem discursos *dramáticos*, muitas vezes *amplificados* para se inserirem dentro de uma *consonância* que servia aos propósitos políticos do PRR. Como se percebe, faremos uma análise qualitativa de determinadas publicações, utilizando-se de preceitos que focam em seu conteúdo, reinterpretando-o para a compreensão de significados que perpassa a leitura comum (Bardin, 1995; Moraes, 1999), mas sem uma rigidez metodológica no que tange o tratamento das fontes, tendo em vista que a construção da análise deve ser adequada aos propósitos do historiador, não o contrário (Constantino, 2002). Logo, o uso da historiografia se fará relevante para o entendimento dos sentidos presentes na imprensa tratada.

Isto posto, faz-se necessário uma breve contextualização do panorama político estadual. Afinal, quem era a *coligação* mencionada na notícia referenciada? Responder essa pergunta só é possível a partir da breve compreensão de eventos que ocorreram a partir do

advento da República. A emergência do PRR não ocorreu sem resistência, uma vez que, apesar de sua expressiva projeção eleitoral no fim da década de 1880, o Partido Liberal ainda se mantinha como a principal força política no Rio Grande do Sul, liderado por Gaspar Silveira Martins (Pesavento, 1983). O episódio da Proclamação da República, em 15 de novembro de 1889, e o conseqüente exílio de Silveira Martins representaram um ponto de inflexão que abriu espaço para a ascensão dos republicanos locais. Conforme observa Joseph Love (1975, p. 43), o afastamento do líder liberal, somado à aliança entre os republicanos e os militares, especialmente Deodoro da Fonseca, constituiu o “lance de sorte” que possibilitou a chegada do PRR ao poder estadual de forma provisória. Júlio de Castilhos recusou o cargo de presidente do estado, indicando o Visconde de Pelotas, José Antônio Correia da Câmara, mas assumiu a secretaria do governo, na qual iniciou um processo de reorganização política e administrativa. A partir daí, nomeou republicanos para cargos estratégicos e interveio nos municípios, afastando liberais e conservadores do poder (Andrade, 2021, p. 73). Essa política rompeu com o antigo padrão de alternância entre os dois partidos imperiais e consolidou uma nova estrutura de poder baseada na ocupação de cargos e na fidelidade partidária (Love, 1975, p. 42-44). Assim, o PRR passou a dominar a administração estadual, rompendo definitivamente com o sistema político do Império e perseguindo a oposição.

Por outro lado, a condução autoritária de Castilhos gerou conflitos. O desentendimento com o general Júlio Falcão Frota (que assumiu o governo estadual após a renúncia do Visconde de Pelotas) relativo ao Banco Emissor do Sul, levou à sua substituição pelo general Cândido da Costa, e posteriormente à ascensão do vice-presidente Francisco da Silva Tavares. Este, membro de tradicional família da Campanha e ligado ao antigo Partido Conservador, tentou reinserir nomes do período imperial na administração estadual, provocando reação da guarnição militar de Porto Alegre, comandada por oficiais castilhistas como Tomás Flores, Artur Oscar e João César Sampaio (Andrade, 2021, p. 76). Como colocado por Corálio Cabeda (2011), essa força militar foi determinante para a consolidação de Castilhos, intervindo diretamente na política estadual para sustentar e/ou alçar o grupo republicano ao poder.

Acrescido a isso, o PRR sofreu dissidências internas. O apoio de Castilhos a Deodoro da Fonseca fez com que Demétrio Ribeiro, Barros Cassal e Antão de Faria abandonassem o partido e, posteriormente se unissem a União Nacional (Love, 1975, p. 44). A referida agremiação, fundada em junho de 1890 e que unia antigos membros dos partidos do Império (Liberal e Conservador), concorreu à constituinte estadual no ano de 1891, mas obteve poucos

votos devido às fraudes eleitorais promovidas pelos perrepeistas (Pesavento, 1983, p. 69-70; Andrade, 2021, p. 77-78). O domínio administrativo do PRR permitiu aprovar a Constituição Estadual de 1891, consolidando juridicamente seu poder e garantindo a eleição de Castilhos como presidente do estado.

No entanto, o cenário econômico nacional e regional apresentava problemas. A Política do Encilhamento, a repressão ao contrabando e o aumento das taxas de exportação de charque e couro causaram grande descontentamento entre os estancieiros da Campanha, base econômica da pecuária gaúcha. Além disso, o tratado comercial Brasil–Estados Unidos, que favorecia o café e reduzia tarifas de importação de manufaturas, gerou oposição entre comerciantes de Porto Alegre e produtores da região colonial alemã (Love, 1975, p. 49-51). A crise política causada por Deodoro da Fonseca agravou as tensões: trocas constantes de ministros, censura à imprensa, favorecimento de aliados e má condução econômica ampliaram o conflito com o Legislativo. A insatisfação das elites civis, em especial dos cafeicultores paulistas, culminou no golpe de 3 de novembro de 1891, quando Deodoro mandou fechar o Congresso. A Marinha reagiu bombardeando a capital federal, enquanto setores do Exército se uniram a Floriano Peixoto. No Rio Grande do Sul, Castilhos manteve-se leal a Deodoro e usou *A Federação* para defender o presidente, o que ampliou a resistência regional (Love, 1975, p. 51; Pesavento, 1983, p. 73-76; Andrade, 2021, p. 79).

A insatisfação explodiu na Revolução de 8 de Novembro de 1891, quando cidades como Pelotas, Rio Grande e Bagé se revoltaram contra o governo estadual. Sob a liderança de João Nunes da Silva Tavares (Joca Tavares), irmão de Francisco da Silva Tavares, antiga liderança do Partido Conservador e filiado à União Nacional, o movimento espalhou-se rapidamente. Conforme Andrade (2021, p. 79-82), formaram-se juntas revolucionárias em localidades como Jaguarão, Arroio Grande, Santana do Livramento, Uruguaiana e Alegrete. Marcelo de Oliveira (2023, p. 132-136) destaca a importância da cidade de Rio Grande, cuja posição estratégica, por onde passavam os cabos telegráficos que ligavam o estado ao governo federal, foi crucial para o sucesso da revolta. O movimento resultou na queda de Castilhos e contribuiu diretamente para a renúncia de Deodoro da Fonseca em 23 de novembro de 1891 (Andrade, 2021; Oliveira, 2023).

O novo governo foi formado por uma Junta Governativa composta por Manoel Luís da Rocha Osório, Barros Cassal e Assis Brasil, mas as divergências internas levaram o general Domingos Barreto Leite a assumir o cargo executivo, tendo Barros Cassal como secretário. Seguiu-se um período de novas perseguições políticas, agora contra os republicanos, que

foram substituídos nos cargos públicos e, em muitos casos, exilados no Uruguai e na Argentina (Andrade, 2021). A partir de 1892, o estado mergulhou em um “estado de efervescência político-militar” permanente (Oliveira, 2023, p. 87-88), caracterizado por levantes, atentados e disputas armadas que antecipavam a Revolução Federalista. Nesse contexto, como colocamos inicialmente, *A Federação* desempenhou papel central na batalha ideológica, retratando os opositores (chamados pelo impresso de coligados e/ou jocosamente de patriotas) como promotores do terror e da desordem. Em Pelotas, as ações violentas das tropas da Guarda Nacional que foram arregimentadas na Revolução de 8 de Novembro e que se mantiveram na cidade foram amplamente noticiadas.

É importante atentarmos que o fato de esse efetivo militar estar acampado na Estrada do Fragata (atual Avenida Duque de Caxias), localidade um pouco afastada da cidade propriamente dita, se deu a partir de tensões prévias ocorridas dentro da própria urbe, onde originalmente se aquartelavam. A mudança do local se deu diante de uma negociação entre oficiais do 18º Batalhão de Infantaria do Exército, estacionado na cidade na ocasião, com Leopoldo Antunes Maciel, liderança local da oposição e comandante da Guarda Nacional na cidade (A Federação, 10/02/1892, p. 2). As tensões entre as duas forças se davam a partir de uma questão envolvendo armamentos que seriam de uso exclusivo da referida força armada e que, segundo *A Federação*, estavam sendo desviados do Arsenal de Guerra de Porto Alegre e repassados para a Guarda Nacional em vários pontos do estado (A Federação, 25/01/1892, p. 1). Inclusive, algumas munições foram apreendidas em Pelotas pelo próprio 18º batalhão (A Federação, 23/01/1892, p. 1). A referida organização militar desejava o desarmamento completo da Guarda Nacional em Pelotas, sem sucesso, porém conseguiu retirá-la de dentro do seu perímetro urbano, embora esse fato não tenha se dado de modo totalmente pacífico, tendo em vista que uma companhia foi destacada e ameaçou abrir fogo para que alguns homens deixassem a cidade (A Federação, 10/02/1892, p. 2).

A situação descrita possui relevância para compreendermos a noção de sítio construída pela redação do impresso republicano. Acampados do lado de fora de Pelotas, seria o Exército que a protegeria da violência dos opositoristas. Como colocado pelo Diário Popular, folha pelotense vinculada ao PRR e republicado pelo impresso de Porto Alegre, o 18º Batalhão de Infantaria se tornou “[...] barreira insuperável para a realização de negros desígnios; porque garante a vida e a propriedade do povo, mantém a ordem pública e o sossego das famílias” (A Federação, 19/02/1892, p. 2). A valorização dada aos militares não se dava somente por uma

aproximação ideológica positivista,<sup>3</sup> mas com propósitos mais imediatos e explícitos. A partir da chegada do general Bernardo Vasques para tomar posse do comando do 6º Distrito Militar, o jornal passou a publicar artigos suplicando pelo desarmamento completo da Guarda Nacional no Rio Grande do Sul, visando intensificar as tensões existentes entre as duas forças (A Federação, 16/02/1892, p. 1). No mesmo período, como abordado por Andrade (2021, p. 87-89), havia planos de invasão de forças ligadas às lideranças republicanas exiladas a partir da fronteira, o que certamente seria muito mais fácil se os efetivos ligados à Junta Governativa fossem enfraquecidos e/ou o Exército estivesse do lado dos perrepistas.

### **A desordem na Serra dos Tapes**

Embora a cidade estivesse momentaneamente “protegida” dos ditos desígnios da Guarda Nacional, isso não impediu perseguições contra os republicanos e suas propriedades na Serra dos Tapes. No dia 13 de fevereiro, *A Federação* publicizou em sua primeira página o extenso relato feito por Epaminondas Piratinino de Almeida, proeminente liderança republicana pelotense, sob o título “Conflito na Serra dos Tapes”. Antes de narrar o dito embate ocorrido na sua chácara na localidade, o perrepista contextualizou que as informações partiam de Pedro Leão Barcellos, sobrinho seu e testemunha “quase ocular” do ocorrido, em contrapartida dos boatos que estavam sendo propagados na imprensa local. Além disso, fez questão de deixar claro que a verdade seria apurada futuramente, visto que “[...] não há lei, nem garantias até para minha pessoa; mas em tempo, se a Providência salvar-me (sic). Falo assim porque são frequentes as notícias que tenho, até por adversários, e muitas com visos de inteira verdade, de que minha cabeça está a leilão” (A Federação, 13/02/1892, p. 1). Sem deixar claro quem desejava matá-lo, as principais suspeitas certamente recaíam sobre os *coligados*. Dizer que “não há lei” dentro do contexto que o Rio Grande do Sul vai ao encontro desta ideia. Afirmar sobre a ausência de lei e ordem no estado serão constantes nas notícias relacionadas às violências causadas pelas tropas acampadas no Fragata.

Após o breve contexto, Piratinino de Almeida passa a relatar como uma força composta por duzentos homens invadiu sua propriedade na manhã de 7 de fevereiro. A ocupação se deu de surpresa, de modo que os invasores a cercaram por completo,

---

<sup>3</sup> O positivismo comtiano foi introduzido nas escolas militares em meados do século XIX, especialmente pela influência de Benjamin Constant e Roberto Trompowsky, enquanto as lideranças do PRR passaram a ter contato com a corrente filosófica a partir do ambiente acadêmico nas faculdades de direito e medicina existentes no Império. Para além disso, Júlio de Castilhos e *A Federação* tiveram relevante papel durante a chamada Questão Militar, dando espaço para os militares expressarem suas opiniões e apoiando a referida classe com o propósito de minar a monarquia vigente. Para mais, ver: Love, 1975; Pesavento, 1983; Bellintani, 2009; Rossini, 2011.

arrebetando o aramado. Quatro pessoas estavam no local durante a ação: Dois peões chamados Manoel, sendo um deles chamado de “mocinho” por ter 16 para 17 anos, filho de Valentim Lima; Canuto Batista de Oliveira, capataz temporário da chácara e amigo do proprietário; Porfírio Gomes, que lá se encontrava para uma caçada. Alheios ao que acontecia ao seu redor,

Canuto, escapo à primeira descarga, correu para onde estavam Porfírio e [Manoel] Valentim e aí fecharam-se, sendo as janelas e portas imediatamente arrombadas pelos assaltantes, que atiravam para dentro e tentavam penetrar. Valentim chorava, pedia que o salvassem, agarrando-se aos dois companheiros; estes, por muito tempo defenderam-se apontando as armas de caça que tinham para os que arremessavam-se (sic) sobre a porta e janelas, fazendo-os recuar. Nos que conseguiram entrar fizeram fogo, e, quando viram que já lhes era impossível qualquer defesa no quarto, de armas vazias atropelaram os assaltantes, pulando pelas janelas; fizeram-nos recuar apontando-lhes as armas, conseguindo ganhar o mato, sob um chuveiro de balas, saindo apenas Porfírio ferido em uma coxa (A Federação, 13/02/1892, p. 1).

O drama vivido pelos personagens e descrito por Piratinino estava dentro da ideia de se utilizar da dramatização e personalização nas notícias para provocar emoções e causar empatia nos leitores. O narrador atuou na imprensa pelotense, especialmente durante o Império (Peres, 2021, p. 106), o que evidencia sua aptidão para a construção do pavoroso e violento episódio sofrido pelos que estavam na propriedade rural nas mãos dos invasores. Interpretamos que o objetivo do autor era evidenciar a covardia dos opositores, principalmente ao relatar como atacaram até mesmo um garoto, o qual teria chorado diante as investidas e disparos feitos em sua direção. Prosseguindo, é contabilizado o saque. Segundo Piratinino, roubaram seus cavalos, charque, açúcar, cerveja, vinhos, ferramentas, louças. Queimaram e quebraram o que não podia ser carregado. Mataram seus cães, destruíram árvores e plantações, além de carnearem parte do seu gado, galinhas e porcos (A Federação, 13/02/1892, p. 1). Mostrar o tamanho dos danos e prejuízos entraria em consonância com uma narrativa que tentaria atrelar as ações dos opositores à desordem, violência e, por consequência, o crime. Guardemos essa observação.

O ataque teria se dado pela suspeita de que havia grande quantidade de munições na chácara, assim como reuniões de caráter secreto com outros republicanos da cidade. Como citamos antes, a desconfiança não era infundada: para além das movimentações de homens ligados aos republicanos na fronteira, Leopoldo Antunes Maciel havia enviado um telegrama para Joca Tavares dias antes (6 de fevereiro) sobre as tentativas do 18º Batalhão de desarmar as forças da Guarda Nacional na cidade e pedindo reforços de Bagé (Andrade, 2021, p. 473).

Ainda na mesma publicação, Piratinino de Almeida negou os boatos, alegando que houve apenas uma reunião recente na sua chácara de 40 a 50 “cidadãos pacíficos”, mas sem qualquer intuito de sublevação, a qual “[...] se fez para fins muito nobres e elevados, aconselhada pela honra, segurança pública e individual” (A Federação, 13/02/1892, p. 1). Acrescido a isso, o mesmo elencou que se inventavam tais rumores para desenvolverem ódios contra sua pessoa, não sendo o primeiro. Anteriormente, haveriam propalado que ele teria instigado o próprio 18º Batalhão a saquear a cidade, além de ter jurado inimigos de morte (A Federação, 13/02/1892, p. 1). Embora não possamos aferir os fatos dos boatos, não seria absurdo pensar que Piratinino de Almeida poderia ter certa proximidade com os oficiais do referido batalhão, especialmente pelo interesse em comum de desarmar a Guarda Nacional.

Outro ponto que chama a atenção é de colocar que os republicanos eram cidadãos pacíficos. Tal noção concatena com a narrativa de que havia, para além da desordem e da criminalidade, uma perseguição contra os perrepostas. O ataque à chácara de Piratinino de Almeida não teria sido um fato exclusivo e isolado, como o próprio relata.

Ao tempo em que isto passava-se em meu estabelecimento, estavam tomados todos os passos por fortes guardas e cruzavam partidas pelas estradas, atacando outras ao mando de Pulcerio José Soares as casas dos pacíficos serranos, que têm *o defeito ou o crime de serem republicanos*, apontando Pulcerio para essas casas dizendo: aqui mora um, ali dois, etc. Assim fizeram na casa de Ângelo José de Lima e de Genuíno de tal, que não sei se mataram e nem o que sucederia às suas pobres famílias nessa *caçada horrorosa de homens!* (A Federação, 13/02/1892, p. 1, grifos nossos).

Mais do que perseguidos, os ligados ao PRR estariam sendo efetivamente *caçados* por seus opositores na Serra dos Tapes. Várias propriedades na região foram invadidas, as estradas fechadas e moradores sofreram violências que, apesar de terem um fim desconhecido por Piratinino de Almeida, evidenciam como haveria um plano por parte dos coligados para eliminar seus opositores. A liderança pelotense manteve uma postura firme em suas palavras, encerrando seu relato deixando claro que “Prossigam nos seus atos de vandalismo; certos de que nem eu e nem o meu partido lhe tememos” (A Federação, 13/02/1892, p. 1). A partir dessa colocação feita pelo republicano, outras publicações dos *horrores* ocorridos na Serra dos Tapes estampam as páginas de *A Federação*.

Na edição do dia 23 de fevereiro, ou seja, dez dias após o relato de Piratinino de Almeida estampar as páginas do periódico, temos duas notícias distintas que colocam a Serra no centro das atenções novamente. Na primeira, aborda sobre como um grupo de homens armados roubou tudo que era possível da casa de negócio de Gustavo Campos, tendo sua mãe

e irmã que fugir para a mata próxima, onde permaneceram toda a noite (A Federação, 23/02/1892, p. 2). Quanto à segunda, fala sobre um ataque ocorrido na propriedade de outro republicano local, Eduardo Maurell, colaborador do *Diário Popular*. Como na primeira situação, as mulheres de sua família (esposa e jovens filhas) tiveram que se embrenhar no mato para escapar e pedir abrigo aos vizinhos. Por se tratar de um membro do PRR, o impresso retorna à argumentação da perseguição, mas a expande para a população geral:

O assalto e o saque são aconselhados como castigo aos que *não comungam* com a política do governo! No propósito de *vingarem-se de todos*, as forças patrióticas que percorrem a Serra dos Tapes, dispendem-se em atos de verdadeiro canibalismo, perturbando na tranquilidade do lar as famílias mais respeitáveis e os cidadãos mais dignos e acatados! (A Federação, 23/02/1892, p. 2, grifos nossos).

O trecho torna explícita a ideia que *A Federação* deseja passar aos seus leitores. Todo indivíduo que não compactuasse com o governo, mesmo que não fosse diretamente filiado ao PRR, era um provável alvo de vingança. Outro exemplo que fortaleceria esse argumento se deu à noticiada tentativa de invasão na Estância da Graça, propriedade do Visconde da Graça, João Simões Lopes Filho. Segundo se relata, tudo aconteceu após um empregado do local fugir por ter se assustado com a presença de homens armados, os quais teriam efetuado disparos no mesmo. Pedro Batista Filho, administrador da estância, precisou dialogar com a tropa que passava a cercar os limites da propriedade e garantir que não havia qualquer tipo de atividade suspeita (A Federação, 02/03/1892, p. 2).

O crime enquanto castigo se insere na narrativa que deseja se construir de que há, por parte da oposição, uma completa inversão de valores, inversão essa que inevitavelmente traz a anarquia ao Rio Grande do Sul e que terá danos irreversíveis à população enquanto o referido governo perdurar. Recrutamentos forçados, como no caso explicitado no início deste trabalho, também ocorreram na Serra dos Tapes. “Na faina de reunir gente, os agentes da governança atropelam as casas de família e prendem nas estradas públicas, com o maior desembaraço! Os próprios serranos, encontrados em caminho, são compelidos a abandonar suas carroças e a marcharem para o acampamento!” (A Federação, 01/03/1892, p. 2). Mais do que *comungar* com a política do governo, os cidadãos deveriam lutar por ela, caso contrário sofreriam as consequências. De todo modo, na visão do jornal, os *serranos* (e pelotenses de outros locais) acabariam sendo prejudicados.

No mesmo artigo que trata sobre os recrutamentos em Pelotas, a redação republicana levanta uma questão: “Por que se cercam ainda de tropas, por que armam paisanos, se o

partido que eles temem, fora das posições oficiais, vive agindo *apenas na imprensa, único meio que lhe resta* para combater e profligar os desmandos dessa política provocante e odiosa?” (A Federação, 01/03/1892, p. 2, grifos nossos). Como exposto anteriormente, o PRR não se utilizava apenas a imprensa como forma de combate, porém essa é a imagem que a redação desejava mostrar. Entendemos que as notícias se encaixam num teor de denúncia. Nessa lógica, todos os excessos, opressões e crimes causados por seus opositores, ao serem expostos, faria com que os republicanos fossem perseguidos. Cada ocorrência ajudava a construir a **consonância** de como a União Nacional não podia governar.

O caráter acusatório das publicações pode ser novamente visto ao noticiar a presença de uma figura notória atuando na Serra dos Tapes. “O célebre coronel autor do assassinato do soldado do 3º batalhão de artilharia, que se deu no mês passado, em Pelotas, feriu, há alguns dias, na Serra dos Tapes, ao Sr. Francisco Garcia” (A Federação, 13/04/1892, p. 2). A primeira frase escancara a ausência de lei. Um coronel, além de ter assassinado um soldado do Exército, voltou a exercer a violência agredindo outro indivíduo. Embora o homem não fosse alguém no posto de coronel, tratando-se apenas de uma alcunha dada por seu papel de liderança no conflito ocorrido na cidade que ceifou a vida do dito soldado (A Federação, 18/03/1892, p. 2), o fato de estar em liberdade é visto como um absurdo pela folha republicana, conforme argumenta.

Este coronel, apesar da prova resultante do inquérito a que se procedeu acerca do assassinato do referido soldado, prova que determina a prisão preventiva, voltou da Serra logo que o 13º batalhão retirou-se (sic), e acha-se já em Pelotas fazendo serviço entre a patriotada! Há poucos dias esse indivíduo provocou um conflito à Rua General Osório, naquela cidade, resultando sair dele com um grande ferimento em uma das pernas (A Federação, 13/04/1892, p. 2).

A afirmação feita por Piratinino de Almeida de que não haveria lei no estado durante o seu relato em fevereiro, como podemos perceber, era uma constante no jornal. Mesmo tendo sido feito inquérito sobre o assassinato e, portanto, a necessidade da prisão preventiva do acusado, ela não ocorreu pelo fato de ser um *patriota*. Apresentando uma sequência de violências perpetradas pelo “coronel”, compreendemos que *A Federação* desejava mostrar que não se tratava de um equívoco, mas uma *regra*. A desordem e o crime seriam elementos intrínsecos ao governo da oposição.

Justamente por notícias como as que tratamos acima, vemos que a lógica da perseguição permaneceu, mesmo após a retomada do poder executivo pelos perrepistas em 17 junho de 1892 em conjunto com as forças da guarnição do Exército em Porto Alegre

(Pesavento, 1983, p. 82; Andrade, 2021, p. 86). Um assassinato publicado na edição de *A Federação* de 17 de julho coloca o seguinte: “Na colônia de Santo Amor [atual município de Morro Redondo] foi assassinado um filho do sr. Quincas Ruivo. Assassinarão-no *covardemente* indivíduos desconhecidos e adeptos do nefando governicho decaído, que veem em cada republicano um inimigo” (*A Federação*, 17/07/1892, p. 2, grifos nossos). Retirados do poder, o crime continuou sendo visto como principal forma de ação dos derrotados. Entretanto, além de criminosos, tais atos eram covardes. Tal adjetivação possuía um peso, principalmente se pensarmos que nesse período valores como os de coragem e honra possuíam grande relevância nas relações sociais e na construção de reputações individuais e coletivas (Guazelli, 2004; Chalhoub, 2012; Carneiro, 2019; Porto, 2022).

### **Considerações finais**

Os roubos, depredações e violências físicas ocorridas na Serra dos Tapes fizeram parte de uma pequena parcela das publicações de *A Federação* no período, as quais não se circunscreveram somente à zona rural e muito menos ao município de Pelotas. Ainda assim, vemos que o foco na desordem ocorrida fora dos limites urbanos da cidade possuía dois propósitos muito claros. Primeiramente, criar uma ligação entre a oposição e a desordem. A noção de anarquia se criava a partir dos inúmeros casos em que as forças ligadas ao governo da Junta praticavam os mais diversos tipos de crimes, como os elencados durante todo o trabalho. Dessa forma, os republicanos visavam retirar a legitimidade dos novos governantes, logo que a principal responsabilidade de um governo estava em prezar pelas leis. Mais do que isso, entendemos que a narrativa da perseguição sofrida pelos perrepeistas objetivava colocá-los como os únicos verdadeiramente capazes de restaurar a lei e a ordem no Rio Grande do Sul. Os preceitos positivistas, principalmente a partir da visão de Júlio de Castilhos, serviram como base para o desenvolvimento dessa estratégia narrativa. A ideia de um “regime moralizador” a partir um ditador possuidor da “pureza de intenções”, alheio aos jogos de interesses materiais que pautavam a sociedade e a política liberal, era a única alternativa para a construção de um Estado fortalecido a partir do governante e das “classes conservadoras”, aquelas que produzem e trabalham dentro da ordem estipulada (Rodríguez, 2000).

Em segundo lugar, colocar o Exército Brasileiro como verdadeira força mantenedora da ordem e a única capaz de “salvar” a população pelotense. Como tratado pela historiografia, existia uma aliança entre o PRR e segmentos do Exército no Rio Grande do Sul, principalmente pelas visões políticas e ideológicas antagônicas entre os membros da União

Nacional e a oficialidade do Exército, a qual pautava um projeto de nação a partir de uma base positivista (Pesavento, 1983; Bellintani, 2009; Cabeda, 2011). Ainda assim, a deposição de Deodoro Fonseca e a consequente deposição de Júlio de Castilhos explicitam que tal aliança não era multilateral, existindo a necessidade dos perrepistas de construir o apoio dos militares no estado, principalmente pela frágil posição que o partido republicano possuía em comparação com as lideranças de oposição, as quais faziam parte de uma elite política e econômica com grande capacidade de mobilização (Love, 1975; Andrade, 2021). Assim, construiu-se a ideia de que enquanto as forças do Exército se mantiveram na cidade, as tropas revolucionárias da Guarda Nacional eram incapazes de exercer pleno domínio sobre ela.

Para alcançar esses propósitos, notamos que a maneira de elaborar as notícias, o “fazer jornalístico”, se aproxima das proposições de Nelson Traquina (2008) a respeito dos valores-notícia. Todas as publicações aqui tratadas foram desenvolvidas em consonância à narrativa estipulada pela redação de *A Federação*. Desse modo, tal narrativa teria o que chamamos de “função pedagógica” para os seus leitores, logo que as notícias acerca de determinados assuntos têm a mesma função dos mitos dentro de uma determinada cultura: ensinar valores, definições do que é bom ou mau e elaborar a ordem a partir da desordem (Bird; Dardenne, 1993, p. 265-266). O impresso republicano desejava ensinar ao público que os valores da sociedade – “invertidos” pelo *governicho*, como as notícias exemplificavam – só poderiam ser recuperados se o PRR retornasse ao poder. Temos o entendimento de que mais do que ensinar algo, a redação demonstrava grande habilidade em como comunicar, selecionando e confeccionando cada acontecimento para atingir seus objetivos políticos dentro de um contexto desfavorável.

Logo, o *terror* e a *anarquia* foram fabricados nas páginas impressas de *A Federação*. Não duvidamos de que violências foram orquestradas pela União Nacional e as forças da Guarda Nacional que se levantaram para depor Deodoro e Castilhos. Entretanto, a historiografia bem demonstra que eles não foram os únicos a praticá-la (Andrade, 2017; Axt, 2023; Oliveira, 2023), o que torna evidente o papel decisivo que a imprensa, em especial a de molde político-partidário (Rüdiger, 1993), possui na construção de uma visão hegemônica sobre determinados eventos. Cabe ao/a historiador/a a reinterpretação do escrito, desenvolvendo uma nova compreensão de cada *estória* presente nas páginas impressas.

## Fontes

Louvores. **A Federação**, Porto Alegre, p. 1, 23 jan. 1892. Acervo da Hemeroteca Digital. Biblioteca Nacional Digital.

Armando-se... **A Federação**, Porto Alegre, p. 1, 25 jan. 1892. Acervo da Hemeroteca Digital. Biblioteca Nacional Digital.

Os sucessos em Pelotas. **A Federação**, Porto Alegre, p. 2, 10 fev. 1892. Acervo da Hemeroteca Digital. Biblioteca Nacional Digital.

Conflicto na Serra dos Tapes. **A Federação**, Porto Alegre, p. 1. 13 fev. 1893. Acervo da Hemeroteca Digital. Biblioteca Nacional Digital.

**A Federação**, Porto Alegre, p. 1, 15 fev. 1892. Acervo da Hemeroteca Digital. Biblioteca Nacional Digital.

Ao sr. general commandante do districto. **A Federação**, Porto Alegre, p. 1, 16 fev. 1892, grifos nossos. Acervo da Hemeroteca Digital. Biblioteca Nacional Digital.

O que mais querem? **A Federação**, Porto Alegre, p. 2, 19 fev. 1892. Acervo da Hemeroteca Digital. Biblioteca Nacional Digital.

Devastações patrióticas. **A Federação**, Porto Alegre, p. 2. 23 fev. 1892. Acervo da Hemeroteca Digital. Biblioteca Nacional Digital.

Assalto. **A Federação**, Porto Alegre, p. 2. 23 fev. 1892, grifos do original. Acervo da Hemeroteca Digital. Biblioteca Nacional Digital.

Recrutamento? **A Federação**, Porto Alegre, p. 2, 1 mar. 1892. Acervo da Hemeroteca Digital. Biblioteca Nacional Digital.

De Pelotas. **A Federação**, Porto Alegre, p. 2, 2. mar. 1892. Acervo da Hemeroteca Digital. Biblioteca Nacional Digital.

Grave desordem. **A Federação**, Porto Alegre, p. 2, 18 mar. 1892. Acervo da Hemeroteca Digital. Biblioteca Nacional Digital.

**A Federação**, Porto Alegre, p. 2, 13 abr. 1892, grifos do original. Acervo da Hemeroteca Digital. Biblioteca Nacional Digital.

**A Federação**, Porto Alegre, p. 2, 16 jul. 1892. Acervo da Hemeroteca Digital. Biblioteca Nacional Digital.

## Referências

ANDRADE, Gustavo Figueira. **A trajetória política do general João Nunes da Silva Tavares (Joca Tavares):** família, comunicação e fronteira. 176 f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2017.

ANDRADE, Gustavo Figueira. **Fronteira e Territorialização:** uma cartografia da Revolução Federalista (1891-1896) a partir das redes de relações de poder da família de Silva Tavares na região platina. 2021. 585 f. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2021.

AXT, Gunter. Memórias da intolerância: antecedentes e causas da Revolução Federalista (1893-1895) no Rio Grande do Sul. **Revista Crítica & Controle**, Porto Alegre, v. 1, n. 2, 2023.

BELLINTANI, Adriana Iop. O Positivismo e o Exército Brasileiro. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA – ANPUH, 25., 2009, Fortaleza. **Anais eletrônicos [...]** Fortaleza, 2009, p. 1-9. Disponível em: <<https://anpuh.org.br/uploads/anais->

simposios/pdf/2019-01/1548772006\_b8fa46a2e19406385f0d3595452fd150.pdf>. Acesso em: 27 out. 2025.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1995.

BIRD, Elizabeth; DARDENNE, Robert. Mito, registo e ‘estórias’: explorando as qualidades narrativas das notícias. In: TRAQUINA, Nelson (Org.). **Jornalismo: questões, teorias e “estórias”**. Lisboa: Veja, 1993.

CABEDA, Corálio Bragança. Apontamentos sobre a relação de Júlio de Castilhos e os militares. In: AXT, Gunter *et al.* (Org.). **Júlio de Castilhos e o paradoxo republicano**. Porto Alegre: EPECÊ, 2011.

CARNEIRO, Deivy Ferreira. **Uma justiça que seduz? Ofensas verbais e conflitos comunitários em Minas Gerais (1854-1941)**. Jundiá: Paco, 2019.

CHALHOUB, Sidney. **Trabalho, lar e botequim: o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da belle époque**. 3ª ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2012.

CONSTANTINO, Núncia Santoro. Pesquisa histórica e análise de conteúdo: pertinência e possibilidades. **Estudos Ibero-Americanos**, Porto Alegre, v. 28, n. 1, 2002.

GUAZELLI, Cesar Augusto Barcellos. Fronteiras de sangue no espaço platino: recrutamentos, duelos, degolas e outras barbaridades. **História em Revista**, Pelotas, v. 10, 2004.

LOVE, Joseph L. **O Regionalismo Gaúcho e as Origens da Revolução de 1930**. São Paulo: Editora Perspectiva, 1975.

MORAES, Roque. Análise de Conteúdo. **Educação**, Porto Alegre, nº 37, p. 7-32, 1999.

OLIVEIRA, Marcelo França de. **Uma história da Revolução Federalista: o confronto discursivo dos jornais Rio Grande do Sul e Eco do Sul (1891-1895)**. 239 f. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2023.

PERES, Jéssica Rodrigues Bandeira. **Abaixo a monarquia: liderança política e propaganda republicana em Pelotas-RS (1880-1889)**. 139 f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2021.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. **A Revolução Federalista**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1983.

PORTO, Vitor Wieth. **A defesa da honra no Império do Brasil: os duelos na corte pelas páginas do Jornal do Commercio e Gazeta de Notícias (1870-1889)**. 245 f. Dissertação (Mestrado) — Programa de Pós-Graduação em História, Instituto de Ciências Humanas, Universidade Federal de Pelotas, 2022.

RODRÍGUEZ, Ricardo Vélez. **Castilhismo: uma filosofia da República**. Brasília: Senado Federal, 2000.

ROSSINI, Miriam de Souza. O jornal A Federação e seu papel político. In: AXT, Gunter *et al.* (Org.). **Júlio de Castilhos e o paradoxo republicano**. Porto Alegre: EPECÊ, 2011.

RÜDIGER, Francisco. **Tendências do Jornalismo**. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 1993.

TRAQUINA, Nelson. **Teorias do Jornalismo**. Volume II. A tribo jornalística – uma comunidade interpretativa transnacional. Florianópolis: Editora Insular, 2008.